

## UNIDOS NUM SÓ CORPO: JESUÍTAS, CONTINUIDADES E RUPTURAS

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre o legado dos jesuítas à Ilustração. Para tanto, a pesquisa aborda um momento pouco estudado na historiografia da Educação brasileira, que é a permanência dos jesuítas no Brasil pós Reforma Pombalina. A investigação identificou a importância dos jesuítas junto à Coroa portuguesa; analisa o “século das luzes” como inspirador da educação que a Ordem praticava e, seguindo pistas de resistência e permanência da educação inaciana na cidade do Rio de Janeiro, as estratégias e táticas utilizadas pelos religiosos para resistir à expulsão dos jesuítas do território lusitano ornado por Pombal. A pesquisa dialoga, entre outros, com Maxwell (1996), Franco (2006), Foucault (2006) e Certeau (1994). Uso, por *corpus documental* privilegiado, os acervos do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro e na base de dados *Fontes Históricas do Direito Português*.

**Palavras-chaves:** Jesuítas, educação, permanência.

## UNITED IN ONE BODY: JESUITS, CONTINUITIES AND RUPTURES

### ABSTRACT

This article aims to reflect on the legacy of the Jesuits to the Enlightenment. Therefore, the research covers an understudied topic in the historiography of Brazilian education: the permanence of the Jesuits in Brazil after the Pombaline Reform. The investigation identified the importance of the Jesuits to the Portuguese Crown; it analyzes the Century of the Enlightenment as inspiring the education that the Order practiced and, following resistance tracks and permanence of Ignatian education in Rio de Janeiro city, the strategies and tactics used by the religious to resist expulsion of the Jesuits ordered by Pombal in Lusitanian territory. The research dialogues, among others, with Maxwell (1996), Franco (2006), Foucault (2006) and Certeau (1994). Our sources are composed of the collection of *Arquivo Nacional* (the National Archives) in Rio de Janeiro and the database of *Fontes Históricas do Direito Português* (Historical Sources of Portuguese Law).

**Keywords:** Jesuits, Education, permanence.

## UNIDOS EN UN SOLO CUERPO: JESUITAS, CONTINUIDADES Y RUPTURAS

### RESUMEN

Este artículo pretende reflexionar sobre el legado de los jesuitas a la Ilustración, para el lapso de investigación un momento poco estudiado en la historiografía de la educación brasileña, que es la permanencia de los jesuitas em Brasil después de la Reforma Pombalina de Brasil. La investigación ha identificado la importancia de los jesuitas por la corona portuguesa; analiza la “Edad de la Ilustración” como inspirador de la orden de educación practica y, siguiente conduce a resistencia y permanencia de la educación ignaciana en Río de Janeiro, las estrategias y tácticas utilizadas por religiosos para resistir la expulsión de los jesuitas del territorio portugués Pombal recargado. El diálogo de la investigación, entre otros, con Maxwell (1996), Franco (2006), Foucault (2006) y Certeau (1994). Uso, explotaciones documental de archivos nacionales corpus privilegiado, en Río de Janeiro y en la base de datos histórica de derecho portugués.

**Palabras clave:** Jesuitas, educación, permanencia.

## INTRODUÇÃO

Unira-se a seus companheiros egressos da universidade e fez o voto de pobreza e de pregação do evangelho na Terra Santa. Loyola fora militar e formara uma companhia disciplinada regida por uma constituição, que funcionava sob a forma de milícia. *Ad majorem Dei Gloriam* espalharam-se pelo mundo, pregando, construindo missões, dirigindo pesquisas de interpretação da bíblia, investigações teológicas e científicas e buscando através da erudição a salvação da humanidade. O que tinha isso a ver com Cristo? Os jesuítas não se afastavam do convívio social, não viviam na solidão do claustro, não realizavam procissões ou litanias nem se submetiam a mortificações (p.77).

No livro *Boca do Inferno*, Ana Miranda (1992) opera com minúcia o contato entre ficção e história e apresenta a trama passada em Salvador, no final do século XVII, onde, dentre outros personagens, traz à luz os Padres Gregório de Mattos e Antônio Vieira, da Ordem dos Jesuítas, que participaram de luta político-religiosa, fazendo este último de seus sermões uma arma que mirava a Coroa portuguesa.

Vieira não foi simplesmente um padre, pois fez das suas palavras uma arma e da escrita dos seus sermões o registro de sua luta e influência sobre a Coroa Portuguesa. A Companhia de Jesus, criada em 1534, no Colégio Santa Bárbara<sup>2</sup>, em Paris, constituiu uma ordem religiosa com características militares, por conta da formação e experiência militar do seu principal fundador, Ignácio de Loyola, que frequentou a Sorbonne e lá arregimentou seus primeiros companheiros, Francisco Xavier, Pedro Favre, Diego Laynez, Alonso Salmeron, Simão Rodrigues, Nicolas Bobadella. Leu a “Imitação de Cristo” durante o período de convalescência de ferimento em batalhas e proferiu em 15 de agosto de 1534 o primeiro voto religioso da Ordem, antes da viagem a Jerusalém<sup>3</sup>.

Com a Resolução Tridentina, a Companhia de Jesus ganhou força, mesmo diante de algumas oposi-

ções de figuras importantes da Cúria, como Melchior Cano, teólogo dominicano que acreditava haver excessiva quantidade de Ordens e, nesse sentido, a questão se tratava mais em reafirmar as existentes. No caso da Companhia de Jesus, apontavam, a exemplo de Cano, para o excesso de inovações apresentadas por Inácio de Loyola, em 1539, ao torná-lhes conhecida a Fórmula Instituto, que, composta de cinco capítulos<sup>4</sup>, trazia a legislação substancial da Ordem Religiosa.

O Papa Paulo III aprovou a Companhia por meio da Bula *Regimini militantis Ecclesiae*, em 27 de setembro de 1540. A Ordem foi desligada da hierarquia comum da Igreja porque estava vinculada diretamente ao poder papal. Chamou atenção, entre tantas ordens existentes, a sua secularidade, sua relação com o mundo, a premissa de cumprimento da missão na dimensão social, a síntese entre o sagrado e o profano.

Considerada por muitos “a elite intelectual” da Igreja, uma vez que sua “missão está no centro do movimento militante da Contra-Reforma”<sup>5</sup>. Porém, tanto combateu a expansão protestante quanto teve grande importância no campo educacional na Europa e nas áreas de expansão colonial. Na América Portuguesa, o primeiro relato de uma ordem organizada foi a dos jesuítas e foi sua pedagogia que introduziu a escola, posteriormente chamada pela historiografia de clássica de tradicional, e serviu como agente formador do homem brasileiro.

Após Restauração da Independência<sup>6</sup>, em 1.º de dezembro de 1640, Portugal recuperou alguns dos seus territórios, mas sua atividade comercial havia diminuído consideravelmente. O Brasil passou, assim, a ser a principal fonte de sua riqueza. Na metade do século XVIII, Portugal tem um novo período de prosperidade. No entanto, a capital portuguesa foi marcada pelo terremoto de Lisboa, em 1755, que “reduziu a cinzas uma das cidades mais ricas e opulentas” (MAXWELL, 1996, p.21).

Padre Vieira, em sua luta político-religiosa, de modificação e de redução da Inquisição, de tolerância aos judeus, mas, principalmente, com o objetivo de “união” para uma providência maior, ou seja, em torno do Estado Nacional do Reino Português, era um

símbolo da influência religiosa e da cultura dos jesuítas, visto que, sob a proteção da Coroa Portuguesa, a Companhia estava presente em praticamente todos os territórios lusitanos, durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Neste último século, foram notórios os números de colégios e alunos da Ordem, que já contavam “torno de vinte mil alunos, numa população estimada em três milhões de habitantes” (COSTA, 2011, p. 68).

Tais números e atuação junto à Coroa, não passaram despercebidos por muitos setores da sociedade, que consideraram a atenuação do poder monárquico. A formação dos seus alunos fez dos seus colégios alvos previstos, considerando o papel mesmo que a educação desempenha, mas ainda a “doutrinação” que ela possui, tornado-se para o Marquês de Pombal e seus seguidores uma possível “ameaça”.

Dos mais de dois séculos de existência da Companhia de Jesus muitos foram os inimigos. O mais implacável deles, sem dúvida foi Pombal.<sup>7</sup>

## PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA DOS JESUÍTAS

Na silenciosa madrugada de 3 de novembro de 1759, o Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrada, Vice-Rei do Rio de Janeiro e, também, Provedor da Santa Casa de Misericórdia, subiu a ladeira que dava acesso ao Colégio do Rio de Janeiro, dirigido pelos padres da Companhia de Jesus, para comunicar-lhes as medidas tomadas pelo Rei de Portugal, Dom José I, com relação à Companhia. Os jesuítas deveriam tomar ciência do Alvará de 28 de junho de 1759, juntamente com a Lei, fatal para Companhia, de 3 de setembro do mesmo ano, contendo a Ordem Real que determinava a prisão dos padres inicianos e o sequestro dos seus bens.

No Alvará Régio de 28 de junho de 1759<sup>8</sup>, El Rei avalia a educação ministrada pelos jesuítas, apontando para o “escuro e fastidioso” método que causara grandes prejuízos à mocidade. Assim se inicia o Alvará:

**EU ELREI** Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração a que da cultura das Sciencias depende a felicidade das Monarchias, conservando-se por meio dellas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade; e a que por esta razão forão sempre as mesmas Sciencias o objecto mais digno do cuidado dos Senhores Reis Meus Predecessores, que com as suas Reaes Providencias estabelecerão, e animarão o Estudos publicos, promulgando as Leis mais justas, e proporcionadas para que os Vassallos da Minha Coroa podessem fazer á sombra dellas os maiores progressos em beneficio da Igreja, da Patria: Tendo consideração outro sim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão, quando as Aulas se confiarão aos Religiosos Jesuitas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, e seus Dominios; e muito mais com a inflexivel tenacidade, com que sempre procurarão sustentallo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobrirão os defeitos, e os prejuizos do uso de hum Methodo, que, depois de serem por elle conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais annos, se achavão no fim delles tão illaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das verdadeiras noções das Linguas Latina, e Grega, para nellas fallarem; e escreverem sem hum tão extraordinario desperdicio de tempo, com a mesma facilidade, e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras Nações da Europa, que abolirão aquelle pernicioso Methodo; dando assim os mesmos Religiosos causa necessaria á quasi total decadencia das referidas duas Linguas;

Figura I: Alvará Régio de 28 de junho de 1759.  
www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt

Figura I: Alvará Régio de 28 de junho de 1759.  
www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt

Chama-nos atenção a consideração do Rei para o argumento de que da “cultura das Ciências depende a felicidade da Monarquia, conservando-se, por meio delas a Religião e a Justiça”, dando evidência ao pujante tom das Luzes<sup>9</sup> em sua escrita. O Iluminismo em Portugal toma força no século XVIII, coincidindo com ascensão do então Ministro do Rei, Sebastião José de Carvalho de Melo, o futuro Marquês de Pombal. Com a face voltada fortemente para a ideia do Estado Absoluto, age por meio do despotismo esclarecido.<sup>10</sup>

Também conhecido como “Século ou Filosofia das Luzes”, o Iluminismo traz em seu bojo os binários polares: “luz” e “trevas”. Se as ciências e o estudo linguístico, bem como a retórica, representavam o primeiro elemento, os jesuítas faziam parte do segundo, sendo considerados “obscurantistas”, responsáveis pelo atraso e decadência de Portugal. Declínio que se deveu, entre outros tantos motivos, a problemas econômicos, políticos e religiosos que se desenrolaram no período.

Em relação às questões econômicas, cabe destacar o ataque às embarcações, motivado pelo interesse de países com França, Inglaterra e Holanda em obterem o monopólio de produtos coloniais. Também a Guerra da Restauração contra a Espanha, culminando na Independência do país em 1.º de dezembro de 1640, foi um episódio que custou caro aos portugueses diante dos gastos necessários para manter uma resistência, durante 28 anos, aos ataques espanhóis que pretendiam retomar Portugal.

Entre os problemas políticos, torna-se necessário salientar o fato de o rei português D. Sebastião ter morrido na batalha de Alcacér-Quibir, em 4 de agosto de 1578, sem deixar herdeiros. O trono foi assumido pelo seu tio, o Cardeal D. Henrique, que veio a falecer um ano depois. Uma crise foi instalada e dois nomes se destacaram na disputa pela a Coroa Portuguesa: a Duquesa de Bragança, D. Catarina, e Filipe II, da Espanha. O partido filipino venceu a disputa e rapidamente a Espanha ocupou Portugal, regularizando e legitimando seu poder e seus domínios.

O estabelecimento do absolutismo<sup>11</sup> como forma de governo no caso português havia sido pacífico, pois o rei aclamado, D. João V, que reinou de 1707 até 1750, fez juramento para seguir as leis morais e religiosas do país. Tal situação somente se modificaria com o Marquês de Pombal.

No aspecto religioso, o Anti-Clericalismo que se constituiu como a oposição da influência da Igreja, principalmente a Católica no campo político, também porque apoiavam o absolutismo e se punham acima da razão. Assim, com a ascensão do Ministro Sebastião José de Carvalho Melo, elaboraram-se os projetos de reconstrução da cidade, cujo desenvolvimento no setor econômico se deu com a criação da Companhia Geral de Comércio:

O estabelecimento da companhia monopolista e da legislação econômica de 1755 foi uma ação deliberada do Estado para racionalizar a estrutura empresarial em favor dos grandes comerciantes nacionais estabelecidos (MAXWELL, 1996, p. 61).

Interessa-nos refletir, porém, em que medida este movimento filosófico e científico das “Luzes” incidiram na educação, produzindo muitos efeitos e tornando-a palco de muitas discussões e ideias, como podemos observar por meio do grande número de manuais produzidos na primeira metade do século, dentre eles: *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luis Antonio Verney; *A Aula da Nobreza*, de Faria de Castro; e *A educação de um Menino Nobre*, de Pina e Proença. *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, de Ribeiro Sanches; *O Tratado de Educação Física de Meninos*, de F. Almeida; e *O Tratado da Educação de Meninos*, de Cunha Barreto<sup>12</sup>.

O Iluminismo, inegavelmente, tem um significado muito peculiar para Portugal, pois:

A política nacionalista, imposta pelo implacável poder do Estado, produziu reações dentro de Portugal precisamente porque interceptava outros conflitos no seio da sociedade portuguesa: entre a velha nobreza e os homens de negócios novos-ricos; entre os modernizadores do sistema educacional e os defensores da tradição; entre os pequenos e os grandes empresários [...] Suas reformas e seu despotismo eram, portanto inseparáveis [...] Por esse motivo, Iluminismo, racionalidade e progresso têm um significado muito diferente, neste contexto, daquele ao qual nós nos



acostumamos. Fundamentalmente, estamos falando do engrandecimento do poder do Estado, e não da extensão das liberdades individuais (MAXWELL, 1996, p. 170).

A tensão entre Igreja e Estado já estava posta mesmo antes da supressão da Companhia de Jesus. Porém, Portugal inicialmente não rompeu relações com a Igreja Católica, mas com alguns setores, destacando-se aí, pelos motivos já citados, os jesuítas. O Estado português continuou contando com auxílio e préstimos da Congregação dos Oratorianos<sup>13</sup> no setor educacional.

Nesta Ordem Régia percebe-se não só o modelo da Ilustração, mas também o ataque aos jesuítas:

As críticas aos métodos jesuíticos e ao desperdício do tempo destacavam que depois de oito ou nove anos os alunos não sabiam as minúcias da Gramática, como também das Línguas Latinas e Gregas. Os jesuítas, mesmo diante desse cenário europeu, eram considerados avessos a qualquer tipo de modificação no campo educacional e demonstravam ser implacáveis com quem já alertava as autoridades acerca desse aspecto, conforme Diogo Teive:

Que preso pela Inquisição quando era professor no Colégio das Artes, retornou depois de libertado às suas atividades, a convite do próprio rei D. João III, chegando ao posto de Principal no período de 1554 a 1555. Coube-lhe, no entanto, entregar o colégio, por ordem régia, à Companhia de

Jesus, representada por Diogo Mirão (LEVY, 2002, p.116).

Desmerecer um método a fim de instituir outro constitui estratégia recorrente e considerada eficaz nas políticas voltadas para instrução. Nessa situação, se insere a observação acerca do atraso do ensino de Portugal em relação a países europeus que adotaram método utilizado pelas escolas mútuas<sup>14</sup>, no qual:

O professor chama sucessivamente para perto de si e lhe dá atenção por alguns minutos. O estudo se resume geralmente a uma única matéria de ensino – a leitura: cada aluno deve ler o livro ou almanaque que trouxe. Depois, o aluno retorna ao seu lugar e se exercita em repetir e compreender aquilo que o professor acabou de mostrar-lhe (LESAGE, 1999, p.10).

Ao considerar a maior eficiência dos métodos utilizados em países como França e Inglaterra, o Rei português apoiou ações político-administrativas que deixassem evidentes a separação entre Estado e Igreja, buscando produzir como efeito a visibilidade da divisão entre o poder temporal e o poder religioso.

Os inicianos, desde cedo, perceberam a intolância dos adultos ao seu método educativo e conceberam as “almas jovens” como uma conquista segura na batalha educacional. O instrumento utilizado para essa propagação foram os colégios, que se multiplicaram. Em 1579 havia 144, em 1749 eram 669 espalhados pelo mundo.

sem

**nunca já mais cederem, nem á invencivel força do exemplo dos maiores Homens de todas as Nações civilisadas; nem ao louvavel, e fervoroso zelo dos muitos Varões de eximia erudição, que ( livres das preocupações, com que os mesmos Religiosos pertendêrão allucinar os meus Vassallos, distrahindo-os na sobredita fôrma, do progresso das suas applicações, para que, criando-os, e prolongando-os na ingnorancia, lhes conservassem huma subordinação, e dependencia tão injustas, como perniciosas ) clamárão altamente nestes Reinos contra o Methodo; contra o máo gosto; e contra a ruina dos Estudos; com as demonstrações dos muitos, e grandes Latinos, e Rhetoricos, que antes do mesmo Methodo havião florecido em Portugal até o tempo, em que forão os mesmos Estudos arrancados das mãos de Diogo de Teive, e de outros igualmente sabios, e eruditos Mestres :**

Figura II: Alvará Régio de 28 de junho de 1759.  
www.iuslusitae.fch.unl.pt

Os colégios confessionais, cuja direção era dos jesuítas, estiveram sob holofotes, seja pela elite que formavam, pelo modelo educacional que representavam, ou pelo método que utilizavam. O método era o descrito no *Ratio Studiorum Atque Institutio Societatis Jesu*, um “plano de estudo” aprovado por Cláudio Acquaviva<sup>15</sup> em 8 de dezembro de 1598 e promulgado definitivamente em 1599.

O *Ratio Studiorum* passou por um processo de 50 anos de elaboração e discussão que pode ser acompanhado nesse trecho:

Em 1584 Acquaviva nomeou uma comissão, que durante três horas por dia se dedicavam à consulta e discussões e o resto do tempo à leitura de muitos documentos que se acumulou por mais de 40 anos, e precisavam ser codificados de forma definitiva. Foi enviado em 1586, o *Ratio* a todas as Províncias acompanhado de uma circular escrita por Padre Cláudio Acquaviva, onde recomendava a nomeação de cinco padres abalizados para estudarem a nova fórmula dos Estudos, para que depois redigissem seu parecer dentro de cinco ou seis meses, e o enviasse para Roma. [...] Além de pormenores, as maiores críticas eram a imprecisão e a maneira longa e difusa que a fórmula se apresentava. O que podemos chamar de “graves”, visto que este Código tinha função de organizar e manter a ordem dos Colégios (MENDONÇA, 2006, p. 41).

Padre Leonel Franca chamou de “experiência” o longo período que se deu entre as primeiras linhas escritas do “plano de estudos” até sua regulamentação definitiva salientando que:

O *Ratio*, portanto, é filho da experiência, não da experiência de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, viva, ampla de tal amplitude, no tempo e no espaço, que lhe assegura uma grandeza majestosa, talvez singular na história da pedagogia (1951, p. 42).

Outra perspectiva é dada por João Adolfo Hansen (2001a), ao tratar de alguns traços que tipificam a Companhia, mantidos e sistematizados pelo *Ratio*, onde destaca a falta de originalidade, já que o documento agrega programaticamente cinquenta anos precedentes, não rompendo assim com a tradição, mas selecionou o que nele foi considerado o melhor.

Entre experiência e falta de originalidade, ressaltamos que o *Ratio* tinha como função geral, por meio de uma fórmula de educação, a uniformização dos seus colégios. Hansen, prosseguindo na análise da Ordem jesuítica, afirma:

A Companhia é uma ordem eminentemente não contemplativa e também o *Ratio Studiorum* de 1599 orienta o ensino das letras, artes e teologia no sentido de desenvolver as capacidades de assimilar, transferir e aplicar conhecimentos como intervenção nas questões do presente. Na situação contra-reformista do século XVII, tal intervenção não podia ser dissociada da prática das virtudes cristãs. Assim, o sentido, por assim dizer, “final” das normas e práticas do *Ratio Studiorum* de 1599 é o da ortodoxia, seguindo-se com a máxima fidelidade a tradição e os textos canônicos autorizados pela Igreja a partir do Concílio de Trento (HANSEN, 2001a, p. 18).

Esta tradição, que se deu a partir das práticas e das normas dispostas no *Ratio*, sistematizou os costumes e hábitos da Companhia de Jesus por meio dos seus métodos educativos. Por considerar o método pernicioso e atrasado e diante da inflexão jesuítica para uma mudança, o Rei ordenou a instituição de um novo sistema educacional. Ao final do texto real pode estar registrada a maior preocupação do Rei e seu Ministro: a submissão dos alunos aos jesuítas por meio da disciplina que lhes impunham. Nesse sentido, cabe destacar que “esse métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 2006, p. 118).

Para Foucault (2006), a disciplina “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”. Ao referir-se à disciplina que utiliza o corpo como seu “objeto e instrumento de seu exercício”, por muitas vezes cita em *Vigiar e Punir* o exemplo dos colégios jesuítas, como instituições que individualizavam os corpos, distribuindo-os e fazendo-os circular numa rede de relações, que, enfim, a partir da sua organização, supõe uma organização: a “classe”.

Nos colégios dos jesuítas, encontrava-se ainda uma organização ao mesmo tempo binária e maciça: as classes, que podiam ter até duzentos ou trezentos alunos, eram divididas em grupos de dez; cada um desses grupos, com seu decurião, era colocado em um campo, o romano ou o cartaginês; a cada decúria correspondia uma decúria adversa (...) A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segunda uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra (FOUCAULT, 2006, p. 125-6).

Pensamos em que medida essa Ordem Religiosa teve como meta disciplinar também a “alma”, nos parecendo ser esta a proposta dos Exercícios Espirituais escrito por Santo Inácio de Loyola<sup>16</sup>: levar a um estado particular da “alma”.

Os Exercícios Espirituais foram elaborados após sua conversão, na ocasião da sua viagem, juntamente com outros membros da Companhia, a Jerusalém. Nesta peregrinação de quase duas décadas, Inácio de

Loyola, a partir da sua experiência pessoal, elaborou uma espécie de manual que visou instruir e orientar por meio de tipos específicos e práticos de exercícios que permitiam o controle do corpo e da vontade. Os Exercícios deveriam ser realizados em quatro semanas, segundo Paulo Romualdo Hernandes:

A primeira tarefa para o exercitante, primeira semana, lembrar dos pecados, seus, da humanidade, e até mesmo de Lúcifer para, com orações, colóquios, penitências (interior e externa) e arrependimentos, purgar-se deles... O praticante deveria iluminar o espírito com Cristo menino, na segunda semana de exercícios... No final da segunda semana está localizado o momento central (segundo Barthes, 1979, p. 52) dos exercícios em que o praticante deve proceder à escolha entre o que é bom para vida cristã, ou identificar as seduções do espírito mal... Na terceira semana, estando purificado, e, com a devida escolha feita, o exercitante pode dialogar com as divindades... É o momento da entrega total do ser à vida cristã... Finalmente o exercitante pode participar, alegremente, da Ressurreição de Cristo, na quarta semana, e renascer com Ele (HERNANDES, 2008, p. 294-5-6)

A partir do corpo se sente através dos “olhos da imaginação”, sendo necessário vivenciar cada cena dos exercícios. O corpo inserido e submetido a um espaço de disciplinamento, funcionando como cenário para ação dos inacianos: “O corpo, tornando-se alvo de novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber” (FOUCAULT, 2006, p. 132). No caso dos Colégios, a formação do corpo e da alma mantinha os alunos subordinados aos seus mestres, aspectos que o Alvará também pretendeu interromper.

Na continuidade do documento, D. José I, “desejando Eu não só reparar os mesmos Estudos para que não acabem de cair na total ruína”, justificou suas ordens de modificar e reparar o ensino em Portugal, para livrá-lo do que, para ele, apontava para a ruína. Argumentou, inclusive, que o ensino e o método praticado pelos padres não só levariam à decadência das



Arte e Ciências, mas à decadência da própria Monarquia e da Religião, indicando algumas resistências históricas contra os inicianos (ALVARÁ de 1759, p. 2).

O ideal era um novo método de ensino que pudesse recuperar a educação e formação da mocidade dentro dos moldes das Artes e Ciências propostas pela Ilustração. No entanto, também alertou que o novo método era a possibilidade de progresso para um país que, como toda Península Ibérica, estava em decadência.

Mas não lhe bastou a extinção. Era preciso que Portugal e seus domínios extirparessem da memória a presença jesuítica, principalmente na área de educação. Nesses termos, D. José I finalizou sua ordem, singularizando o poder que emana do Rei para o povo: a ordem de esquecimento.

El Rei, ao propor, a Reforma, ordenou “que no estudo das Classes, e no estudo das Letras Humanas haja huma geral reforma, mediante a qual se restitua o Methodo antigo, reduzido aos termos smplices, claros e de maior facilidade, que se pratica actualmente pelas Nações polidas da Europa” (ALVARÁ de 1759, p. 3). Ditou uma série de determinações, a começar pela indicação do Diretor de Estudos – o primeiro nomeado foi D. Tomas de Almeida – e os professores das diversas Classes, instituindo, neste movimento, o controle do Estado sobre os professores, as escolas e, de uma forma mais ampla, a educação.

Quando as ordens régias pelo Vice-Rei do Rio de Janeiro foram anunciadas, já havia se tornado público “a Lei de Expulsão dos jesuítas expedida na data simbólica comemorativa do primeiro aniversário do atentado contra o Rei, 3 de setembro de 1759” (FRANCO, 2006, p. 454). Se o Alvará de junho de 1759 pretendeu acabar com mais de duzentos anos da educação jesuítica, essa lei não só extinguiu, mas acusou os jesuítas de diversos crimes, dentre os quais traição e tentativa de assassinato contra o Rei de Portugal, e condenou os inicianos por calúnia e desordem nos países em que se encontravam inseridos.

O teor do Alvará Régio de 28 de junho de 1759 nos possibilita apontar algumas perspectivas. Por exemplo, o fato de que, diante influência social exercida pelos jesuítas naquele momento, a dimensão central de atenções e preocupações por parte do Estado Português era, sem dúvida, a dimensão educativa.

Ressaltando a relevância da educação, Certeau (2008, p. 133), no seu estudo sobre a *Arqueologia religiosa*, diz ser “o instrumento de coesão numa campanha para manter ou restaurar a unidade. O saber se torna para a sociedade religiosa, na sua catequese ou nas controvérsias, um meio de se definir”. A Companhia de Jesus era também definida e reconhecida por sua educação e pelos seus Colégios. Tal fato explica os motivos da implementação de uma lei que extinguiu as instituições inicianas e pretendia inaugurar um novo regime educativo no Reino e no ultramar.

## OS FILHOS DE INÁCIO SÃO ACUSADOS E PRESOS. OU SERIAM APENAS BRUMAS?

Fomos atrás de rastros que pudessem auxiliar na compreensão desta lacuna, buscando pesquisar nas bordas de regiões já exploradas, utilizando o “*desvio*”, como nos fala Michel de Certeau (2008), como tática que o procedimento de a que pesquisa e escrita utilizam para perceber e analisar as margens. O período após a expulsão dos jesuítas do Reino e ultramar português tornou oculta a ação dos inicianos, o que possivelmente fez oficiosas as fontes produzidas pelos jesuítas. Tais documentos poderiam ajudar-me a compor os caminhos trilhados pelos padres e suas ações num espaço-tempo em que foi pelo menos determinado o seu desaparecimento. Desta forma, trato a lacuna das documentações não como empecilho, mas como parte da pesquisa, que será sempre incompleta.

A partir desta percepção em torno das fontes e por considera-la um desafio para maior inteligibilidade de acontecimentos de um tempo já passado, o qual não desejo analisar linearmente, mas em perspectiva, procuro os discursos de seus opositores – as autoridades que ocupavam um lugar de poder à época de sua expulsão – para perceber as estratégias e táticas<sup>17</sup> dos padres diante das medidas de supressão.

Na busca documental, defrontei-me com várias correspondências entre o Vice-Rei do Rio de Janeiro e diversas autoridades<sup>18</sup>, que ajudaram-me a sustentar a hipótese de que os filhos de Inácio foram presos, mas, no primeiro momento, somente aqueles que se encontravam no Colégio do Morro do Castelo.

Ousamos afirmar que só os padres que se encontravam no Colégio foram presos ao analisar algumas dessas correspondências. Em uma delas, encontra-se registrada a atitude tomada por Gomes Freire de Andrada de comunicar aos padres da Companhia de Jesus o processo da sua extinção no Rio de Janeiro, antes mesmo da data de promulgação.

Vejamos a mensagem ao Governador de Colônia do Sacramento sobre a Ordem Régia recebida de Portugal. Disse o Vice-Rei do Rio de Janeiro a Pascoal de Azevedo<sup>19</sup>:

Hontem chegou huma embarcação da Bahia com a notícia de ficar nella a frota, e as novidades que ocorrem além das que já disse a [ilegível] são freqüentarem as provisões em Castella para a melhora do Rey por haver posto em cuidado a sua moléstia aquella Corte e na nossa haver V. Majestade mandado recolher os Padres da Companhia nos seus cubículos e com centinelas dobradas a vista, para se não comunicarem e só com elle poderem dizer missa e fazer seqüestro geral em todos os bens moveis e de raízes, rendas ordinárias e pensões que os ditos possuïrem e cobrassem na [ilegível] dos mais tudo se vae cesessando e pondo em socego o posso, digo socego o que posso na occasiãoprezente dizer [ilegível] me achar em [ilegível] do com a expedição da frota que sahirá nestes oito? (p. 224v).

A correspondência possibilitou-me rever que os jesuítas tinham ciência da extinção da Ordem em Portugal e em outras províncias, inclusive no Rio de Janeiro, o que permitiu estratégia de fuga de alguns, bem como a preparação de locais onde se esconderiam e onde esconderiam seus bens e documentos.

Os filhos de Inácio pareciam, há pelo menos dois anos antes da data oficial da Reforma, não mais agradecer às autoridades civis, como pude perceber na carta escrita por El Rei, em 8 de outubro de 1757, destinada a Francisco Almada de Mendonça, para que fosse comunicado ao Papa Benedicto XIV: “as desordens que os Religiosos jesuítas tinham feito no Reino, e no Brazil...

Os insultos que os mesmos Religiosos haviam feito no Norte e no Sul da América Portuguesa...”<sup>20</sup>

Na carta remetida ao Papa, o Rei buscou desconstruir a imagem positiva dos padres, a representação social dos jesuítas e desconsiderar suas ações, com o fim provável de angariar adeptos ao seu movimento junto à própria Igreja Católica. Deixava, porém, bem clara sua “religiosidade e felicidade” em ser católico, anunciando aos representantes da Igreja, que sua questão não é anticlerical, nem anticongregacional, e sim direcionada especificamente aos jesuítas.

A partir das correspondências com as quais operei como fontes privilegiadas foi possível notar que houve um início de articulação entre o Rei de Portugal e o Papa, mas só houve um “acordo” político-religioso quando, em 21 de julho de 1772, o Papa Clemente XIV, por meio do Breve “*Dominus ac Redemptor*”, decretou o fim da Companhia de Jesus.

O anúncio do Conde de Bobadela, que decretou a prisão e o sequestro dos bens dos jesuítas, agiu sobre um dos seus instrumentos mais visível de ação e reconhecimento: o Colégio do Morro do Castelo, fechado depois de mais de 200 anos de funcionamento. A ação veio acompanhada por uma forte tentativa de sequestrar o poder que os jesuítas possuíam em vários setores. Afinal, durante 200 anos os padres da Ordem exerceram influência na sociedade.

Documentos registram a deportação, saindo do Porto de Pernambuco, de 119 padres, faltando 8 que estavam em fazendas distantes. Cruls (1952) faz outra contagem, dando sustentação à nossa dúvida. Por que, dos 600 padres que chegaram ao Brasil, apenas 199 foram presos?

As informações ulteriores e ao mesmo tempo furtivas que interessam à pesquisa mostraram outras possibilidades, como a rede de sociabilidade capaz de dar a conhecer as inter-relações mantidas em uma multiplicidade de tempos e de espaço, que se articulavam no intuito de favorecer a permanência dos jesuítas.

O fato é que o Colégio do Rio de Janeiro<sup>21</sup> foi fechado, mas seu prédio não foi destruído após a expulsão da Ordem. Esteve ocupado por várias instituições, entre elas a residência dos Vice-Reis, como mostra esta ordem dada pelo Rei de Portugal ao Conde Cunha.

[...] Achando-se de voluto para minha Real Coroa, depois da desnaturalização e confiscação dos Regulares da Companhia denominada de Jesus, o edifício que elles occuparão nessa Cidade em sitio mais alto, e dominante e com a extensão competente para constituir mais dignamente a habitação dos mesmos Vices Reys: e sendo por natureza .....a cousa publica, qual he da necessidade do de como alojamento dos mesmos Vices Reys: hey por bem unir e vincular ao seu cargo para notificar perpetuar o dito Edificio que em sito mais alto e dominante e com acomodações mais amplas e decentes vagou para minha Coroa pela desnaturalização e confiscação dos Regulares da Companhia denominada de Jesus: noqual Edificio vos ordeno que logo mandeis fazer as mudanças e divisões, que necessarias forem, para ficar redusidos ao termos deconstituir a residencia decorada dos mesmos Vices Reys e alojar as sua Famílias com acomodadadenecessaria<sup>22</sup> (Em 23 de julho de 1766, p. 3 e 4).

Sabedores dessa primeira utilização do Colégio dos jesuítas, a partir da expulsão da Ordem o prédio

foi considerado bem do Estado, podendo, portanto, ser cedido às autoridades e a quem mais o Rei achasse justo. Desta forma, o Colégio foi remodelado e decorado, com despesas pagas pelos próprios bens confiscados dos padres, para receber o Vice-Rei e sua família.

Em carta de 12 de abril de 1780, ao Ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, Luiz Vasconcelos e Souza, Vice-rei do Brasil, fez um relato sobre o estado de conservação do sítio do Colégio e da nova instituição que o ocupara: o Hospital Militar.

O reconhecimento desse Colégio como algo que pertenceu aos jesuítas permitiu-me retomar a análise do monumento/documento, pois “há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1992, p. 540).

À medida que percorremos o fechamento das portas do Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro, em 1759, aumentava a perspectiva de que alguns padres foram de fato presos. Mas, pelo número apresentado por Cruls (1952), os padres, em sua maioria, permaneceram utilizando-se de estratégias e táticas para resistir à expulsão. O próprio El Rei, em carta para seu tesoureiro, ordenava o pagamento de certa quantia aos religiosos chamados de ex-jesuítas<sup>23</sup>:

**O**r Marquez Presidente do Meu Real Erario ordene ao Thesoureiro M<sup>o</sup> delle, que pelo Cofre dos bens confiscados pague em cada hum anno com o vencimento do 1.<sup>o</sup> de Julho proximo passado em diante aos ex-Jesuítas, a saber: a Timotheo de Oliveira duzentos mil réis, a Diogo da Camara, Francisco de Portugal, e João de Noronha cento e vinte mil réis a cada hum delles, e aos mais Clerigos, que forão da mesma Sociedade, e tiverem sahido das prisões de Estado em que se achavão, e existirem neste Reino trezentos réis por dia a cada hum, para que servindo-lhe de Patrimonio possam exercitar as suas Ordens: E obterão os seus pagamentos por despachos do mesmo Presidente, ficando cessando a respeito dos sobreditos a tença dos cem reis por dia, com que geralmente tenho mandado contribuir a todos os ex-Jesuítas que se achão neste Reino, e sahirão da Sociedade antes da extincção della;

Figura VIII: Decreto de 9 de setembro de 1777.

Confirmada a prisão de 119 padres e sua deportação a partir daquela Capitania, na Nau Nossa Senhora do Livramento, comandada por Gaspar Pinheyro da Camara Manoel, restaram apenas oito religiosos no Brasil. O Vice-Rei do Rio de Janeiro, em comentário ao Governador de Santos, diz: “Elles já continuarão a sua viagem e nós já respiramos livres da sua ambição e soberba...” (03/04/1760). “Ambiciosos e soberbos”: assim foi a representação acerca dos padres produzida no texto, sendo sua deportação um ato, para o autor, que tornava o Rio de Janeiro livre dos jesuítas.

A série de correspondências mostrou-me que Gomes Freire<sup>24</sup> de Andrade não estava tão certo no que declarava, sendo necessário sempre considerar que, tratando-se de correspondência oficial, poderia possivelmente também ter o intuito de mostrar ao governador a posição de poder e oferecer ao remetentes sugestões valiosas. Assim, a correspondência apresentou à pesquisa a resistência e a rede de sociabilidade dos inacianos. Por outro lado, essas correspondências oferecem-nos a possibilidade do estudo das resistências e das redes de contatos dos inacianos.

Em carta, emitida pelo Rei de Portugal ao Conde Cunha, encontrei a ordem de prisão para todos os homens e mulheres que mantivessem qualquer tipo de contato com os padres da Companhia. Dizia El Rei: “se faz indispensavelmente necessário, que não fique nem ainda o menor resíduo de semelhante peste” (Cod. 67 Vol. 03). Esse foi o caso dos jesuítas Pedro Vasconcellos e Manoel Ribeiro Buenos Aires, que foram conservados na Ilha das Cobras, e três freiras que mantinham correspondências com Padre Ribeiro foram transportadas para conventos na Bahia. Por fim, Josephe Lucio foi encarcerado no convento dos Bentos.

Jean-François Sirinelli (2003, p. 248) observa que “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. A Companhia de Jesus, desde sua criação, tem seus membros considerados como “intelectuais” e, pelo modo como se formavam e viviam, no modo de conceber sua ação no mundo, constroem “estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar”<sup>25</sup>. Na rede de

sociabilidade, que procuro conhecer, encontrei fortes formas de estratégia utilizadas por esse grupo para que os padres permanecessem no Brasil.

Identificar quais táticas – como dispositivo de subversão, de agir num campo que não é o seu –, foram utilizadas para a permanência dos padres, a fim de que posteriormente retomassem seu lugar, sendo também necessárias para melhor conhecermos o modo de agir jesuítico. Para isso, recorreremos às cartas, nas quais foram perceptíveis a rede de sociabilidade e também a “tática de resistência”.

Em nova carta para o Conde Cunha, em 17 de março de 1766, Vossa Majestade, D. José I, demonstrou preocupação com a existência de jesuítas e manda precaver:

He certo, que nessa Capitania, e nas Minas Geraes ha jesuítas ocultos; e Parentes, Amigos, e adherentes seus, como se tem visto pelas differente cartas, que se tem descoberto: Fazendo estas crer que ha muitas outras, que se não puderam descobrir: Donde rezulta outras tais de sedição, que também V.Ex<sup>a</sup> deve precaver (p. 16 e 19).

Aos réus, cujos nomes não aparecem mencionados, o rei, D. José I ordenou submetê-los a interrogatórios que pudessem dar pistas de outras cartas ou mesmo de padres nas referidas Capitánias.

Outra correspondência entre a Corte e o Vice-Reinado, datada de 1767, citou as cartas por nós já mencionadas e desvendou a estratégia utilizada por Roma para inserir, ou introduzir novamente, os padres dos lugares nos quais foram expulsos<sup>26</sup>. No movimento de então, não parece completamente implausível ser a própria Igreja a maior articuladora da permanência e resistência dos jesuítas. Vejamos, com atenção, os itens enumerados, acrescentados às outras cartas já recebidas:

Aos referido motivos acreseco o outro muito mais forte, de que se avisou a V.Ex<sup>a</sup> em carta de 25 de abril proximo precedente: Qual foi o de certa informação, que tivemos, do estratagema, **com que de Roma se mandaram introduzir em Portugal, Castella, e em todos**



**seus Domínios, jesuitas mascarados com vestidos de Clérigos, com habitos de outras Ordens Regulares, e athe de seculares; para os maos fins, a que sempre se encaminha que uza de semelhantes disfarces** (Grifos nossos, p. 47).

Ultimamente descobriram as Cortes, de Madrid, e Pariz, que o Geral dos mesmos jesuita costumava, e costuma dar poderes a todos os seus súbditos conhecidos, disfarçados, para instituírem Confrarias, e para receberem por Irmão, ou Confrades dellas, os seculares de todos os Estados, e de todos os sexos: **fazendo comelles um so corpo unido**, como se todos trouxessem a Roupeta, ou fossem filhos do mesmo Pay Santo Ignácio, e da mesma May Companhia de Jesus; como elles se explicam: Procurando fazer assim sua geral sublevação de todos os ditos Confrades contra os legítimos, e naturaes soberanos dos seus respectivos payses: E sendo a mais celebres entre as Confrarias daquelle Estratagem a que elles denominaram irmandade do Coração de Jesus<sup>27</sup> (grifo do autor, **grifos nossos**, p. 47 e 48).

Nestes dois tópicos da carta revela-se uma tática utilizada pelos jesuítas de enfrentar a situação de frente, o que Certeau (1994) explica como “relações de forças dominantes” que, declarando-se em seus produtos, gerem sua permanência. A tática consegue ser ágil porque, sabendo da “fraqueza” do adversário, não tenta dominar, mas preencher as necessidades. Exatamente como os jesuítas fizeram, astutamente escondendo-se numa aparência de conformidade ao tratado.

Reforço a consideração de que, naquele momento, a Igreja Católica também estava agindo estrategicamente em favor da Companhia de Jesus, dada sua rede de relações, que alcançava pontos de interligação muito mais distantes do que os contatos dos próprios jesuítas. E a Igreja apoiava, com suas ações, a prática utilizada pelos jesuítas de se “mascararem” usando roupas de outras Ordens, o que dificultava seu reconhecimento tomando o disfarce do corpo como proteção da “alma”.

Os “disfarces” utilizados pelos padres configuram, pois, uma tática, uma vez que, disfarçados, podiam mover-se nesse espaço controlado no qual a presença deles não mais deveria existir, possibilitando uma ação no campo inimigo, “lance por lance”, conforme a ocasião lhes permitissem. Desta forma, os jesuítas conseguiram estar onde ninguém esperava, no “terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha” (CERTEAU, 1994, p.100).

Outra tática que pude perceber, oriunda daquela já explicada, foi a diluição no tecido social, primeiro porque podiam passar por regulares ou seculares de outras Ordens, agindo, porém, como um jesuíta. A infiltração em instituições, confrarias e irmandades foi, de longe, uma astuciosa atitude para aqueles que, naquele momento, estariam “enfraquecidos”. Mas a tática era também um instrumento de resistência, pois podiam continuar a sua. Afinal, nessas sociedades poderiam continuar a sua ação político-religiosa, seu *modus vivendi* e mesmo rechaçar as ideias e pessoas que os acusavam.

A Academia dos Seletos no Rio de Janeiro, que teve uma vida efêmera – não havendo, ao certo, data de encerramento das suas reuniões –, forneceu-me alguns pontos de reflexão. A Academia foi fundada em 1752 para homenagear o Governador Gomes Freire de Andrade e, paradoxalmente, teve como primeiro presidente Pe. Francisco de Faria, um jesuíta, razão pela qual deduzo que a academia tivesse recebido influência desses padres.

Nos Autos da Devassa, situações muito próximas das descritas na carta sobre as sociedades aparecem. Conforme afirma Lucas (1994, p. 1), “o estudo dos movimentos literários do século XVIII, especialmente no último quartel, inspira reflexões tanto sobre a natureza da experiência literária, quanto a respeito das transformações sociais”. Algumas sociedades fundadas nessa época, como a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, estabelecida em 1786, ou ainda a Academia dos Renascidos, na Bahia, podem ter tido entre seus membros se não os padres jesuítas, pelo menos a simpatia de alguns seus membros, que podiam ser padres, professores, médicos, enfim letrados de uma época. A Sociedade foi fechada por razões provavelmente políticas ou religiosas.



Dentre as irmandades e confrarias que os jesuítas constituíram, é de suma importância lembrar a Congregação Mariana<sup>28</sup>. Nas palavras de Dominique Julia (2001, p. 22), “a análise das congregações marianas fundadas pelos jesuítas a partir de seus colégios mostrou o papel essencial que estes grupos de piedade organizada desempenharam para uma catolicização profunda da Europa central”. Em 1773, a Congregação Mariana foi confirmada pelo Papa Clemente XIV, pelo Breve *Com-menda tissimum*. Essa associação tem longa trajetória e ainda existe nos dias atuais.<sup>29</sup>

No entanto, a Congregação deixou de ter a orientação dos padres da Companhia de Jesus e aumentou para 80.000 fiéis em todo o mundo, crescimento que se deve ao fato de que, com a confirmação papal, a Congregação passava para a jurisdição dos Bispos Diocesanos. Consideramos, porém, que os jesuítas, ainda que não estivessem à frente da orientação seguida, permaneceram inseridos na Congregação que outrora fundaram, pois Franco (2006) nos fala do caráter secreto que estas associações, como a Congregação Mariana, tomaram neste período. Em segredo incorporavam figuras importantes, inclusive da nobreza, que constituíram uma rede de sociabilidade que permitiu a articulação entre os jesuítas.

A Congregação Mariana, no Brasil Colonial, funcionou sob a direção dos jesuítas até 1759. No entanto, seus trabalhos não cessaram quando a Ordem foi extinta, visto que, como já ressaltado, foi confirmada pela Igreja Católica, em 1773, podendo, assim como na Europa, ter sua jurisdição passada aos Bispos, mas também agregando jesuítas, ainda que “mascarados”.

Também para Guillermou (1977), as congregações eram uma forma de tornar “invisível” a presença e poder jesuítico, que de certa maneira envolviam toda sociedade, e, ao mesmo tempo, atuavam no sentido de que os jovens vivessem uma “vida cristã autêntica”. Vida influenciada pela *modus vivendi* da Companhia de Jesus e pela prática dos Exercícios Espirituais. Assim, a Congregação Mariana muda, mas não muda a ação para a qual foi criada.

A carta entre a Corte e o Vice-Reinado, no seu nono ponto, apontou que a Corte passava pela mesma situação.

Achando se pois esta Corte no mesmo caso, em que as de Madrid, e Paris promulgaram as referidas Leys: Instando tão urgentemente motivos, que deixo acima indicado, por outra igual Ley: E a fazenda verossimel de todos os outros motivos, que tenho avizado a V.Ex<sup>a</sup> pela Terceira das Cartas, que lhe vão dirigidas com essa Expedição, que o mayor incentivo, que animava atualmente os que pretenderem attacar esses Domínios, consistira na confiança que fundarem nas cabalas, maquinaçoens, Associaçoens, e Confrarias dos referidos jesuítas, para com ellas concitarem sublevações nesses Povos: Considerou V. Mag.(de) que era indispensavelmente necessário mandar ahi promulgar sobre esta importante matérias o Alvará que remetto a V.Ex<sup>a</sup> no seu mesmo original; por não caber no tempo estampar –se: E ordena o mesmo Senhor, que V.Ex<sup>a</sup> o faça logo publicar a som de caixas por bando, que leve a copia delle inserta: Fazendo-o V.Ex<sup>a</sup> logo depois affixar por Editaes nos lugares públicos dessa Capitania, e registrar em todos os livros, onde se costumam fazer semelhantes registros<sup>30</sup> (p. 49 v.).

Essas notícias urgiam serem espalhadas e conhecidas por todos e em todos os lugares, já que as associações e confrarias instituídas ou mantidas pelos jesuítas traziam em si possibilidades de incitar às rebeliões contra o Estado. O que não era preocupação de todo infundada, pois a rede de sociabilidade, articulada e mantida pelos padres, produzia, como efeito social, resistências de autoridades do governo e da Igreja e parte da sociedade em relação aos professores régios que ficaram responsáveis pela educação, substituindo os jesuítas. Estes professores “continuaram sendo a referência educacional da capitania e, não obstante as determinações da Metrópole, os professores e o próprio Pombal não eram tolerados pelas autoridades locais” (SILVA, 2007, p. 69).

O mesmo autor mostra como os professores régios foram mal recebidos e tratados na Capitania de Pernambuco, segundo cartas dos próprios docentes, nas quais relatam as humilhações sofridas. Dentre as autoridades descontentes estavam civis, como o Ouvidor, e ecle-

siásticos, como o Bispo da Diocese de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha e um padre chamado Manoel Álvares, um Oratoriano – uma das ordens adversárias da Companhia de Jesus. Porém, a autora ressalta a “impossibilidade de fazer afirmações definitivas, talvez, os oratorianos abrigassem exceções, conforme o exemplo de Manoel Álvares; ou talvez o professor Coelho, na sua ânsia de queixar-se tenha se enganado com relação ao nome do autor” (SILVA, 2007, p. 70). Segundo os professores, até mesmo os alunos faltavam-lhe com o devido respeito, sem que houvesse qualquer castigo.

Já na República, numa outra província brasileira – a Amazônia –, Irma Rizzini (2004) destacou que alguns historiadores concordam que, na prática, as Aulas Régias não se efetivaram. Ressalta que a experiência e o método jesuítico foram assaz utilizados para educação dos indígenas. Observei uma forma de permanência dos padres inacianos, ainda que com inflexões, nas palavras da autora:

[...] de certa forma, a antiga experiência jesuítica dos colégios indígenas é resgatada, contudo, inserida nas exigências da nacionalidade e nos propósitos do governo republicano de ampliar e proteger fronteiras e colonizar territórios controlados por grupos indígenas (RIZZINI, 2004, p. 401).

Mas a utilização desses métodos e experiências não ocorreu sem tensões. Tanto as autoridades quanto a sociedade demonstraram posições divergentes diante das atividades e diversos ataques foram feitos, por meio de jornais ou correspondências, contra quem pudesse “lembrar” qualquer forma de “jesuitismo”.

A ação em silêncio da Companhia durou até 1777. Com a morte de Dom José I, quem ascendeu ao trono português foi a rainha Maria I, no período chamado “Viradeira”. Uma forte característica: a oposição ao Marquês de Pombal e à sua política.

Os padres da Companhia de Jesus começaram a ser libertados das prisões a partir da década de 70 do século XVI. Nos requerimentos de 21 de agosto de 1777 à Sua Majestade, pediram a revista legal e jurídica das penas após 20 anos de prisão aos quais foram condenados no Reino, por acusações das quais se diziam inocentes. O parecer positivo em resposta de tal pedido foi

dado pelo Padre Joaquim de Toyos, da Congregação do Oratório, parecendo irônico por tratar-se de uma Ordem declaradamente adversária da Companhia e Ordem auxiliar de Dom José I e do Marquês de Pombal na implantação do sistema educativo que deveria substituir o método dos padres inacianos.

A restauração universal dos jesuítas somente ocorreu em 7 de agosto de 1814, trinta e sete anos após a supressão da Ordem na Igreja, por meio da Bula Papal *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, ditada por Pio VII. O restabelecimento foi promovido pela Igreja Católica, mas não houve reconhecimento da sociedade civil da Bula.

Ainda que não fosse bem vista pelo Rei e por muitos identificados com filopombalismo<sup>31</sup>, a Bula contemplou, ou tornou oficial, um conjunto de autorizações e situações, ainda que tácitas, que permitia à Companhia de Jesus espalhada pelo mundo uma tentativa de reinstalação. Conforme Franco (2006), a reinstalação ocorreu em países como Rússia, França e na cidade italiana de Nápoles; sendo, porém, uma prática que aconteceu também em outros lugares, como no Brasil.

Se houve na resistência e permanência dos padres, por meio de ações como as descritas em período onde deveriam manter-se calados, é possível pensar que, após a supressão e restauração da Companhia de Jesus, que tais “acordos” fossem recorrentes. Vejo, por exemplo, o uso de rede de sociabilidade para explicar a reabertura do colégio da Companhia no Rio de Janeiro, na metade do século XIX, o Colégio Santo Inácio, na Corte, o Colégio Anchieta em Nova Friburgo, por sua sequência e funcionamento permitirem que se perceba continuidade dessa tática.

## CONCLUSÕES

“Tudo muda, nada desaparece. Mudar para revelar e permanecer”

(Luiz Camillo Osório)

Desta maneira, depois de sua expulsão pelo Marquês de Pombal, permaneceu durante o período de “latência” a Companhia de Jesus. Mudaram-se a batina, os locais, mas os jesuítas não desapareceram. Foram justamente tais modificações que lhe garantiram a continuidade da Ordem.

Jonathan Wright (2006), ao falar dos “cinco séculos jesuítas” apontou-nos a história da “Ordem mais instigante e prodigiosa da Igreja Católica Romana”, posto que exerce ainda um verdadeiro fascínio para a pesquisa ou quem investiga seus indícios.

A Companhia de Jesus sempre foi uma espécie de catavento cultural, uma maneira de se entender as tendências intelectuais e as modas de um certo tempo e lugar. Foi também, entretanto, curiosamente singular e desarticulada de tempo e lugar, fossem elas quais fossem, mantendo um modo desafiadoramente idiossincrático de olhar para o mundo. É nesta colisão, entre contingência e tradição duradoura, que o fascínio da história jesuíta sempre residiu e, sem dúvida, sempre residirá (WRIGHT, 2006, p. 275).

O embate entre a “contingência e a tradição duradoura” foi analisado ao longo desse texto, principalmente por meio da educação inaciana. Apontando marcas de estratégias e táticas tanto dos inacianos quanto da Igreja frente à Reforma Pombalina. Tais marcas são visíveis nas correspondências trocadas entre Governadores e Ministros. A ocultação e o mascaramento como estratégias são marcas também na escritura do padre Raphael Maria Galanti, autor de vários livros de História. O autor afirma que os jesuítas, como ele o era, continuaram a agir individualmente pregando, ensinando a mocidade e dirigindo seminários. Essa tática de recolher-se sem recolher-se caracteriza, segundo minha interpretação, a resistência e a permanência da Companhia de Jesus nas escolas do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro. 1759-1834. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas Pombalinas da instrução pública. São Paulo. EDUSP, 1978.
- CERTEAU, Michel De. Espaço Privados. In: Certeau, Michel de; Mayol, Pierre; Giard, Luce. A invenção do cotidiano: morar, cozinhar. Vol.2 Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, Célio Juvenal. O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. IN: MENEZES, S. L.; PEREIRA, L. A.; MENDES, C. M. M. (orgs.). A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América. Maringá: EDUEM, 2011.
- CRULS, Gastão Aparência do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1952.
- FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. O altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados. In: ALVES, Cláudia, GONDRA, José e MAGALDI, Ana Maria (Orgs.) Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSE, 2003. p.99-116.
- FOUCAULT, Michael. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FRANCA, Leonel S.J. Ratio Studiorum: o método pedagógico dos jesuítas. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FRANCO, José Eduardo. O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (século XVI a XX) vol. I: Das origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006.
- \_\_\_\_\_. O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (século XVI a XX) vol.II: Do marques de Pombal ao século XX. Lisboa: Gradiva, 2007.
- GINZBURG, Carlo, O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso, Poema José Paulo Paes; rev. técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n.1, 2001.
- GUILLERMOU, Alain. Os jesuítas. Lisboa: Europa-América, 1977.
- HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. A Companhia no século XVI e o Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 222-244, dez.2010.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, pp. 9-24.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Burke, Peter (Org.). A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

LUCAS, Fábio, *Et al.* Autos da Devassa- Prisão dos Letrados do Rio de Janeiro – 1794, Rio de Janeiro: Eduerj, 1994.

MAXWELL, Kenneth. Marquês Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Ligia Bahia. Educação Jesuítica: marcas do primeiro projeto educacional brasileiro. Rio de Janeiro, UNESA, 2006.

\_\_\_\_\_. Colégios Jesuíticos: impactos da Reforma Pombalina. In: Colóquio 250 anos do ensino público no Brasil. Belo Horizonte – MG: 2009.

\_\_\_\_\_. Ratio Studiorum: formando e formatando corpos e mentes. In: Encontro de História da Educação, 1º, Niterói, 2007. *Anais*. Niterói: O Encontro, 2007.

MIRANDA, Ana. Boca do Inferno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SILVA, Adriana Maria Paulo. Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Editora Universitária UFPE, 2007.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, Rena. Por uma História Política. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

WRIGHT, Jonathan. Os jesuítas: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

## SITE

Alvará de regulamento dos Estudos Menores – 28 de junho de 1759, Lei de 3 de setembro de 1759 e Decreto de 9 de setembro de 1777. Disponível em, <http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt/> Data do acesso em julho 2009.

## FONTES

### Arquivo Nacional: RJ

-Cartas régias, provisões, alvarás e avisos. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 80, volume 09

-Correspondência do Vice-Reinado para a Corte. Negócios de Portugal. Códice 68, volume 02

-Registro da correspondência do Vice-Reinado com diversas autoridades. Secretaria do Estado do Brasil.

Códice 70, volume 05 (12 de fevereiro de 1771 e 18 de fevereiro de 1771)

-Registro Geral de Ordens Régias

Códice 64, volume 15

-Correspondência do Vice-Reinado para a Corte. Secretaria do Estado do Rio do Brasil.

Códice 67, volume 03 (23 de julho de 1766, 17 de março de 1767 e 20 de junho de 1767)

-Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades.

Códice 84, volume 12 (28 de junho de 1759, 20 de novembro de 1759, 22 de março de 1760 e 03 de abril de 1760)

## NOTAS

- 1 Artigo adaptado de minha Dissertação de Mestrado em Educação, defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação de Educação (UERJ), denominada: O silêncio da ação: jesuítas pós-Reforma Pombalina.
- 2 Colégio particular fundado em 1460, na capital da França.
- 3 Viagem que Inácio Loyola fez em 1523, à Terra Santa, como peregrino.
- 4 Os cinco capítulos são: 1ª A Finalidade da 'Companhia' e seu Regime Fundamental, 2º Quarto Voto *ad extra* – Modalidade Missionária Especial de Obediência ao Papa, 3º O Voto Comum de Obediência *ad intra* – ao Superior Religioso [*Obediência Corporativa*], 4º...*Praedicare in Paupertate*..., 5º Diverosos: o Coro Monástico, Hábito Religioso & Vida em Comum.
- 5 FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. O altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados. In: ALVES, Cláudia, GONDRA, José e MAGALDI, Ana Maria (Orgs.) *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSE, 2003. p.99-116.
- 6 Revolta iniciada em 1º de dezembro de 1640, na tentativa de anular a Independência de Portugal por parte da Dinastia Filipina, que culminou na Dinastia Portuguesa de Casa de Bragança. Cf. KOSHIBA, 2004.
- 7 COSTA, Célio Juvenal. O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. IN: MENEZES, S. L.; PEREIRA, L. A.; MENDES, C. M. M. (orgs). A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América. Maringá: EDUEM, 2011, p.69.
- 8 Todas referentes ao Alvará de 28 de junho de 1759, Lei de 3 de setembro de 1759 e Alvará de 3 de setembro de 1759 podem ser consultadas no site [www.iuslusitaniae.fch.unl.pt](http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt).
- 9 Conhecido por Iluminismo, termo é utilizado para perfazer as tendências do pensamento, da literatura, da arte, entre outros, do século XVIII, marcadas pelo discurso da ciência e da razão.
- 10 O despotismo esclarecido caracteriza-se por uma forma reformista de governar, apoiada nas idéias do iluminismo. Medidas tomadas: diminuição do poder da Igreja nas diferentes esferas da sociedade; racionalização da administração do Estado, abolição de obrigações feudais, estímulo ao desenvolvimento industrial e o desenvolvimento da educação Alguns déspotas esclarecidos: Carlos III (Espanha), Frederico I (Prússia), Catarina II (Rússia), José II (Áustria) e o Marquês de Pombal (Portugal). Cf. KOSHIBA, Luiz *et al.*, 2004.
- 11 Segundo Vainfas (2000) é o regime político que caracterizou as monarquias da chamada Época Moderna, entre os séculos XVI e XVII. Nessa nova forma de organização institucional e jurídica, o rei foi colocado no centro da arena política, concentrando poderes amplos, a partir de um longo processo que



- levou à derrocada do feudalismo e à diminuição do poder do papado e do Santo Império Romano-Germânico, de origem medieval. Mas, se nem todo absolutismo pode ser considerado uma marca geral das monarquias modernas, suas formas variaram muito no tempo e no espaço (p.12).
- 12 Consultar, CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas Pombalinas da instrução pública*. São Paulo. EDUSP, 1978. Também sobre o assunto, CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro. 1759-1834*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.
- 13 Esta Congregação, também conhecida por Ordem de São Filipe Néri, foi fundada por São Filipe Neri, em Roma, no ano de 1565. Seus clérigos são seculares, não fazem votos de pobreza e obediência, dedicando-se à educação da juventude.
- 14 Para uma melhor compreensão sobre escolas mútuas, consultar Lesage (1999), Faria Filho (1999), Vidal (2003) e Tambara (2003).
- 15 O padre Cláudio Acquaviva (1543-1615) era um jesuíta italiano e foi o quinto Superior Geral da Companhia de 1581 até 1615. Foi ele quem compilou o *Ratio Studiorum* para os Colégios Jesuítas. Cf. FRANCA, 1951.
- 16 Inácio de Loyola foi um cavaleiro basco, que feriu-se gravemente na perna durante uma batalha em Pamplona, “o cavaleiro manteve-se firme em seu posto, no entanto, levou um tiro de arcabuz entre as pernas, quebrando a direita e machucando a esquerda, caindo inutilizado(...) Enfermo e passado por várias operações nas pernas, algumas delas, a seu pedido, para corrigir os defeitos que ficaram, afinal um cavaleiro não poderia ter penas feias, com ossos saltados para fora” (Hernandes, 2008, p. 299). Surgiram então, pensamentos religiosos que seriam responsáveis de uma mudança radical, ou seja, sua conversão, Inácio de Loyola deixou de ser cavaleiro em busca de honras e glória, para tornar-se um cavaleiro de Cristo, cuja primeira missão foi retirar-se para Jerusalém, onde tornou-se peregrino, com intenção de salvar as almas dos infiéis.
- 17 Utilizo os conceitos de estratégia e tática na direção apontada por Michel De Certeau (1994).
- 18 Faziam parte da diligência *Brigadeiro Vicente da Silva Fonseca, o Escrivão do Cível, o Meirinho da Relação* e o Desembargador Capello. Cf. VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. IN: Revista do IHGB, Tomo 89, v. 143, 1921.
- 19 Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades. Códice 84, Volume 12.
- 20 Correspondência do Rei de Portugal a Francisco Almada, em 8 de outubro de 1757. [www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/), acessado maio de 2009.
- 21 Este Colégio, bem como todo lugar onde funcionava, o Morro do Castelo, foi totalmente destruído na década de 1920, por conta do movimento de modernização da Cidade.
- 22 A N. Registro Geral de Ordens Régias. Códice 64, Volume 15.
- 23 Disponível em <http://www.iuslusitae.fcsh.unl.pt>, acesso em maio de 2009.
- 24 Nascido em Viena 27 de janeiro de 1757, faleceu em Forte de São Julião da Barra, 18 de outubro de 1817. Foi Governador Geral do Rio de Janeiro de 1733 até 1763.
- 25 Idem.
- 26 Faz-se necessário, no entanto, uma observação, pois em 1767, data desta carta, o Papa ainda não havia ditado a Bula em que também a Igreja Católica deixava de considerar a Companhia de Jesus uma das suas Ordens.
- 27 A N. Correspondência da Corte com o Vice-Reinado. Códice 67, Volume 03.
- 28 A primeira congregação com este aspecto foi criada no interior - Colégio Romano em 1563 -, pelo jesuíta João Leunis, destinando-se ao seu alunado. Ao Geral da Companhia foram instituídas associações nas casas jesuítas e, em 1584, a Congregação foi erigida canonicamente pelo Papa Gregório XIII, por meio da Bula *Omnipotentis Dei*.
- 29 Com a modificação feita em 1967, atualmente chama-se Comunidade de Vida Cristã.
- 30 A N. Correspondência da Corte com o Vice-Reinado. Códice 67, Volume 03.
- 31 Política dos que apoiavam ao Marquês de Pombal, na mudança para o absolutismo esclarecido, da economia e se opunha aos jesuítas. Cf. Franco 2006.

## O AUTOR

Ligia Bahia Mendonça Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Instituição, Práticas Educativas e História (CAPES 7), com a pesquisa: Caminhos e escritas de um intelectual jesuíta: padre Raphael Maria Galanti. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010), onde pesquisou a permanência jesuítica no Brasil após a Reforma Pombalina. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (2006). Atua como professora do Ensino Fundamental da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Área História da Educação e Historiografia.